

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Despacho n.º 15 577/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 9 de Junho de 2005:

Ana Paula Simões de Abreu Correia Bernardo, Laura Teimão Lopes de Costa, Nélia Maria Botelho Monte Cid, António Moreno Areias de Almeida Santos e Nuno Miguel dos Santos e Silva Vieira — nomeados, procedendo concurso, técnicos superiores parlamentares de 1.ª classe (área jurídica) do quadro de pessoal da Assembleia da República (1.º escalão, índice 460), com efeitos a partir de 16 de Junho de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Julho de 2005. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Despacho n.º 15 578/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 22 de Junho de 2005:

Maria Isabel Duarte Silva Feijóo Burnay e Margarida Manuela da Mota Rodrigues Alves Inácio — nomeadas, precedendo concurso, assessoras parlamentares (área de gestão e administração pública) do quadro de pessoal da Assembleia da República (1.º escalão, índice 625), com efeitos à data do despacho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Julho de 2005. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Conselho de Ministros

Resolução n.º 37/2005 (2.ª série). — O Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, alterado pela Lei n.º 20/2000, de 10 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 122/2001, de 17 de Abril, definiu a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo da execução do 3.º Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) e das intervenções estruturais comunitárias, relativas a Portugal, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1260/99, do Conselho, de 21 de Junho.

Pela resolução n.º 113/2004 (2.ª série), de 7 de Dezembro, do Conselho de Ministros, foi nomeado gestor da Intervenção Operacional de Acessibilidades e Transportes do QCA III o licenciado José Manuel Rosado Catarino, que, entretanto, comunicou a sua indisponibilidade para continuar o exercício de funções.

Cumpra, assim, proceder à sua substituição.

Assim:

Nos termos do disposto nas alíneas d) e g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Exonerar, a seu pedido, o licenciado José Manuel Rosado Catarino do cargo de gestor da Intervenção Operacional de Acessibilidades e Transportes do QCA III, para o qual havia sido nomeado pela resolução n.º 113/2004 (2.ª série), de 7 de Dezembro, do Conselho de Ministros.

2 — Nomear, sob proposta do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a licenciada Maria do Carmo Carvalho Mendes de Vasconcelos, cujo currículo se publica em anexo e faz parte integrante da presente resolução, gestora da Intervenção Operacional de Acessibilidades e Transportes do QCA III, nos termos do n.º 3 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, alterado pela Lei n.º 20/2000, de 10 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 122/2001, de 17 de Abril, e atento o disposto no artigo 28.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, para proceder à gestão técnica, administrativa e financeira da Intervenção Operacional.

3 — Determinar que a remuneração da gestora ora nomeada fique equiparada à de presidente de conselho de administração de empresa pública do grupo B, nível 1.

4 — Determinar, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 28.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, que a licenciada Maria do Carmo Carvalho Mendes de Vasconcelos é requisitada ao Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação.

5 — Determinar que a presente resolução produz efeitos a partir de 1 de Julho de 2005.

30 de Junho de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

ANEXO

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome — Maria do Carmo Carvalho Mendes de Vasconcelos;
Data de nascimento — 4 de Agosto de 1949;
Naturalidade — Lisboa.

Formação académica:

Mestrado em Transportes pelo Instituto Superior Técnico, em 1994;
Licenciatura em Matemática pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em 1973.

Actividade profissional:

Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação — assessora principal do quadro desde 1 de Janeiro de 2003 e em regime de requisição (2002), a exercer funções na área de avaliação dos custos da educação;
Instituto da Droga e da Toxicodependência — chefe de divisão Financeira (2001);
Instituto Marítimo-Portuário — coordenadora da área de desenvolvimento do transporte marítimo do Departamento de Marinha de Comércio (1999-2001) tendo, também, a seu cargo o acompanhamento da execução financeira do PIDDAC da área portuária;
Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território — assessora do Gabinete (1996);
Direcção-Geral de Portos, Navegação e Transportes Marítimos — chefe de divisão de Estatística (1992-1996);
Direcção-Geral de Navegação e dos Transportes Marítimos — chefe de divisão de Estatística (1991-1992) e chefe de divisão de Inscrição e Cadastro da Direcção de Serviços de Exploração (1989-1991);
Direcção-Geral da Marinha de Comércio — chefe de divisão de Transportes Internacionais (1981-1989) e técnica superior (1979-1981);
Gabinete de Estudos e Planeamento de Transportes e Comunicações — técnica superior (1976-1979);
Direcção-Geral da Marinha de Comércio — técnica superior (1975-1976).

Outras actividades e aspectos curriculares:

Representante da DGPNTM e do EVIP na comissão sectorial de transportes do Conselho Nacional da Qualidade (1999-2001);
Representante portuguesa no grupo de trabalho de estatística da acção concertada de *short sea shipping* no âmbito da Comissão Europeia (1999-2000);
Participou nos trabalhos da comissão constituída para elaborar as bases gerais do sistema tarifário dos portos nacionais do continente (1996-1997);
Representante do Ministério do Mar em reuniões do grupo de trabalho do EUROSTAT sobre estatísticas dos portos e transportes marítimos (1993 e 1995);
Vogal suplente do Conselho Superior de Estatística, em representação do Ministério do Mar (1991-1993).

Resolução n.º 38/2005 (2.ª série). — A Estratégia de Lisboa consignou um conjunto de linhas de acção política tendo em vista o crescimento económico e a coesão social na Europa, no contexto de uma economia competitiva e dinâmica, baseada no conhecimento e firmada no investimento nas pessoas, em boa articulação com o equilíbrio ambiental.

Contudo, verificou-se que as medidas preconizadas no Conselho Europeu de Lisboa de Março de 2000 não foram promovidas com o ritmo e a profundidade previstos.

Assim, o Conselho Europeu realizado em Bruxelas, em Março de 2005, decidiu relançar a Estratégia de Lisboa, entendida como uma parceria para o crescimento e para o emprego, tendo por objectivos renovar a base competitiva, aumentar o potencial de crescimento e a produtividade e reforçar a coesão social na União, dando ênfase ao conhecimento, à inovação e à optimização do capital humano.

Para atingir estes objectivos, a União decidiu mobilizar, de forma coordenada, recursos comunitários e recursos nacionais, para implantar efectivamente uma estratégia económica, social e ambiental,